

CONSTITUENTES

PUBLICAÇÃO DO CENTRO DE ESTUDOS E ACOMPANHAMENTO DA CONSTITUINTE – UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA ANO I – Nº 3

REFORMA AGRÁRIA

Disputa da terra na Constituinte

Reforma agrária é um dos temas mais polêmicos no debate Constituinte, onde a proposta de redistribuição de terra se confronta com grandes proprietários. O CEAC reuniu constituintes na "Jornada sobre Reforma Agrária", que o prof. João Gabriel Cruz Teixeira, do Departamento de Sociologia da UnB, e a dra. Brancolina Pereira de Araújo sintetizaram com base nos debates. página 3



CONSTITUENTES

Atuação e posições em análise

A equipe de consultores do CEAC analisa cada comissão técnica do processo constituinte, a partir da página 5, avaliando, além dos temas ligados a cada comissão, posições políticas e correlação de forças dentro de cada grupo. Um encarte especial relata o trabalho das comissões e o acompanhamento que vem sendo feito pelo CEAC, especialmente com voluntários. E alerta para uma data importante: até 1º de junho as associações populares poderão apresentar sugestões aos constituintes. No dia 15 de junho, todos os relatórios estarão na Comissão de Sistematização para transformarem-se em uma nova Carta.



M. Almeida

E nós, como vamos participar?

A comunidade dispõe de três formas de participação no processo constituinte, além dos movimentos de manifestação e pressão. O regimento da Assembléia Nacional Constituinte permite a atuação, via entidades e associações, em audiências públicas, encaminhamento de sugestões e emendas populares.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Cada subcomissão temática deverá realizar de cinco a oito audiências públicas para ouvir entidades e associações sobre os pontos que lhe cabe redigir para a futura Constituição.

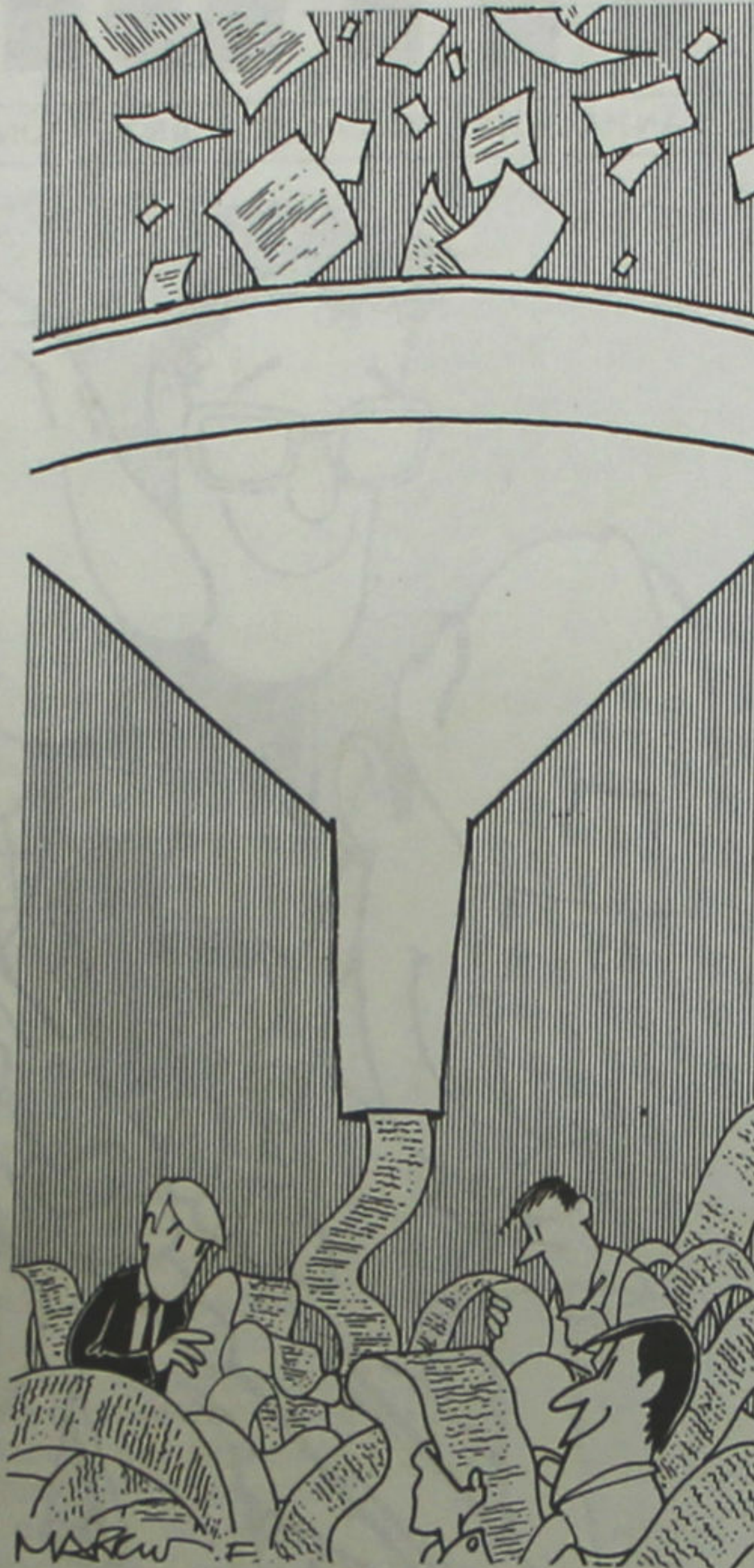
O Regimento não regula a forma destas audiências e cada subcomissão está decidindo como fazer, sendo que em várias, as sessões já começaram. Às vezes, as entidades e pessoas são convidadas a depor; noutros casos, e este era o espírito do Regimento, inscrevem-se para as audiências previamente marcadas; ou, ainda, os dois sistemas são usados, com a subcomissão convidando algumas entidades e abrindo a inscrição para outras que queiram depor.

Como o mínimo é de cinco audiências e são 24 as subcomissões, haverá um total não inferior a 120 grandes rodadas de discussão e depoimentos com pessoas que não integram o corpo da Assembléia, o que significa oxigenação dos debates. Embora já tenha terminado o prazo para audiências públicas, algumas comissões continuarão realizando-as informalmente.

SUGESTÕES

Foi dilatado até 1º de junho, o prazo para que Assembléias Legislativas, Câmaras de Vereadores, Tribunais e associações apresentem sugestões para a futura Constituição.

As sugestões devem ser endereçadas ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, que as protocolará e distribuirá às subcomissões para as quais o assunto interessa. É conveniente que cópia da sugestão seja enviada à subcomissão que analisa o tema. Qualquer associação (sindicato, associação de moradores, etc) pode mandar suas propostas.



Nacionalmente, organizam-se esforços unitários por setores a fim de que as sugestões tenham um peso político maior, envolvendo as assinaturas de várias grandes entidades do movimento popular.

E atenção: o prazo oficial é até 1º de julho. Mas esse prazo vai encontrar a tramitação do tema não mais na subcomissão e já na Comissão Temática. Por isto, é muito importante que as sugestões cheguem antes, do fim do prazo, a tempo de alcançar o debate da matéria no seu nascimento, ou seja, na subcomissão.

EMENDAS POPULARES

Organizados por três entidades associativas, trinta mil eleitores têm o direito de propor uma emenda ao texto do futuro Projeto de Constituição. A Emenda deverá ser apresentada nos trinta primeiros dias de discussão do Projeto no Plenário, com início provável para a segunda quinzena de julho.

A Assembléia Nacional Constituinte ainda não regulamentou a maneira de escrever tais emendas e os formulários para coleta de assinaturas. Há divergências sobre se deve ter uma regulamentação pelo menos opcional a fim de organizar o processo, ou se é melhor deixar a coleta livremente em diversos tipos de formulários.

A Emenda será ao texto de um Projeto que ainda não existe; somente o conheceremos quando for organizado pela Comissão de Sistematização, terceira etapa do processo de elaboração que ainda está na primeira delas.

Todavia, tem sido entendimento de que com a abertura "Acrescente-se onde couber, no Projeto de Constituição..." já se poderia coletar as assinaturas para um texto determinado. O problema é se parte desse texto que estivermos propondo já constar dos estudos das comissões e, portanto, do próprio projeto. Algumas entidades aguardarão uma visão mais clara do andamento de cada tema nas subcomissões, para depois iniciar a coleta. Outras sugerem que alguns temas nacionais sejam privilegiados com a força de centenas de milhares de assinaturas para ajudar na correlação interna de forças da Assembléia.

Cada eleitor só pode assinar três propostas, portanto é preciso medir bem quais são as prioridades de cada um. Além da assinatura, é necessário indicar o nome completo, endereço e os dados do título eleitoral. Quanto ao analfabeto, o entendimento é de que sendo eleitor, pode apoiar com sua impressão digital em substituição à assinatura.

A proposta da população é um instrumento interessante, que já existe em alguns países até para leis e emendas constitucionais ordinárias. Precisamos valorizá-la e utilizá-la para fortalecer os pontos mais importantes da vontade do povo.

EXPEDIENTE

Universidade de Brasília
Reitor: Prof. Cristovam Buarque

Centro de Estudos e Acompanhamento da Constituinte

Conselho Diretor:

- Cristovam Buarque
- David V. Freischer
- Elimar Nascimento
- Francisco Weffort
- João Gilberto Lucas Coelho
- Joaquim Falcão
- Paulo Renato Souza
- Sadi Dal-Rosso
- Ulisses Riedel
- Walter Barelli
- Maria José Jaime

Diretor: João Gilberto Lucas Coelho

Diretoria Administrativa:

- Ivan Ribeiro
- Glória Moura
- Antônio Augusto Queirós
- Moisés P. S. de Quadros
- Sadi Dal-Rosso
- Tânia Moreira Costa
- David V. Freischer

Coordenadoria de Articulação Institucional: Ivan Ribeiro — **Coordenadoria de Articulação Cultural:** Ana Virginia de Araújo Queiroz — **Coordenadoria de Articulação Social:** José Moura — **Coordenadoria de Articulação Local:** Carlos Michilles — **Coordenadoria de Articulação Acadêmica:** Vânia Lomônaco Bastos.

Núcleo de Apoio Administrativo:
Responsável — Lúcia Maria da Graça Rabelo de Assunção

Jornalista Responsável: Márcia Álvaro (709-DF) — **Redação:** Fernando Fraga, Wellington Fonseca — **Diagramação:** Randal Junqueira — **Ilustração:** Marcus Eurício.

Endereço: Campus Universitário
Asa Norte — CEP 70910
CEAC — Reitoria — 3º andar
Tels.: 274-0003 e 274-0022 — ramal 2481

Meios de comunicação, terra e ensino básico geram polêmica.

A Assembléia Nacional Constituinte vive um momento produtivo com o funcionamento das 24 subcomissões temáticas, o recebimento de centenas de sugestões de constituintes e de associações populares e as audiências para debates dos temas. O Centro de Estudos e Acompanhamento da Constituinte da UnB (CEAC), tem procurado desenvolver a difícil tarefa de acompanhar os trabalhos, contando, para isso, com equipes de militantes e voluntários, especialmente do Curso Constituinte/Constituição, dos Comitês Populares de Defesa da Constituinte e de núcleos de estudos existentes na universidade. O balanço desses trabalhos revela, portanto, essas limitações e refere-se ao período entre 13 de abril e 2 de maio.

A partir de agora, algumas datas são importantes: até 1º de junho, as associações populares poderão apresentar sugestões às Comissões, que estarão em nova etapa de trabalho e não haverá análise por parte das subcomissões; até 11 de maio ainda haverá audiências públicas; até 25 de maio cada comissão tem prazo para concluir seu relatório e votar a matéria sob seu exame; até 15 de junho, as comissões deverão entregar seus relatórios à Comissão de Sistematização, para redação final.

I – Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher

Na Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais já foram ouvidos, entre outros, o embaixador Paulo de Tarso Flecha Lima, o prof. Celso Albuquerque Mello, o prof. Vicente Marotta, o embaixador Saraiva Guerreiro, o ministro do Supremo Tribunal Federal José Francisco Rezek e o procurador Carlos Roberto Siqueira Castro. Temas como a própria Soberania Nacional, tratados, direito internacional, reserva de mercado, dívida externa e relações internacionais, estão na preocupação da subcomissão que deverá ouvir ainda os ministros Renato Archer, da Ciência e Tecnologia e Celso Furtado, da Cultura, além de representantes do setor de informática e farmacêutico, o CIMI, sobre a questão da nacionalidade indígena, e representação da CONAM.

A Subcomissão dos Direitos Públicos, dos Direitos Coletivos e Garantias deslocou-se para os Estados nos finais de semana, realizando algumas audiências públicas fora de Brasília. Ênio Candotti, da SBPC e Ramayana Gazzinelle, da Sociedade Brasileira de Física, foram ouvidos sobre o controle dos contribuintes e do Congresso sobre o programa nuclear. Direitos políticos, idade mínima para votar, iniciativa popular, reeleição e suspensão dos direitos políticos, são temas que têm causado polêmica.

Dos debates infere-se uma maioria em favor do voto obrigatório, divergências sobre a iniciativa de leis por populares e boa receptividade a respeito do Tribunal Constitucional.

Também a Subcomissão de Direitos e Garantias Individuais viajou a outras cidades realizando audiências públicas. Em Brasília foram ouvidos, entre outros, José Calixto Ramos (CNTI), Jaqueline Pitanguy (CNDM), representantes das centrais sindicais, dr. Orlando Coutinho, João Antônio Mascarenhas (Triângulo Rosa – homossexuais), dr. José Geraldo de Souza Júnior (Comissão Justiça e Paz/DF), José Louzeiro (Direito Autoral), dr. José Antonio Rodrigues Dias, dr. Márcio Thomaz Bastos (presidente OAB), dr. Jorge José Lopes Ramos (presidente Associação Atores), dr. Artur Pereira Nunes (Informática), dr. Antonio Augusto Trindade, dr. Carlos Roberto de Siqueira Castro e Flora Abreu (grupo "Tortura Nunca Mais"). Em geral, a inclinação das subcomissões deste primeiro te-

Mulher, homossexualismo e direitos humanos são temas onde pode haver avanços. A maioria é favorável ao voto obrigatório, mas há resistência quanto a garantia de populares poderem propor leis.

ma é avançar em relação aos anteriores textos constitucionais.

II – Comissão da Organização do Estado

A Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios já ouviu Otomar Pinto (Territórios), gen. Roberto Klein (Defesa Civil), dr. José Saulo Ramos, dr. Osny Duarte Pereira, dr. José Mello, dr. José Ribeiro Leitão (Distrito Federal) e dr. José Sérgio Neves (IBRAN-Mineração). O papel da União, eleições no Distrito Federal e o futuro da figura dos Territórios, embasam as discussões.

Na Subcomissão dos Estados, há grande interesse sobre a criação de novos Estados, defendida por alguns integrantes. Governadores de Estado, representantes da Polícia Militar e das Forças Armadas (competência dos Estados em relação às Polícias Militares), professores universitários (sobre a Federação), já fizeram depoimento e vários painéis ainda estão previstos.

Na Subcomissão dos Municípios e Re-

giões, o debate envolve o fortalecimento dos Municípios e a previsão constitucional de regiões micro ou macro no País. Sobre Reforma Tributária falaram o dr. Francisco Giffoni, dr. Osias Monteiro Rodrigues, dr. Osires Azevedo Lopes e dr. Eron Arzua; a União dos Vereadores do Brasil e associações de prefeitos e a Confederação Nacional das Associações de Moradores trataram sobre municipalismo.

III – Comissão da Organização dos Poderes e Sistemas de Governo

A Subcomissão do Poder Legislativo reuniu para debater o processo legislativo: drs. Paulo Afonso, Sara Abraão, Nerione e Hargreaves, todos da Assessoria do Congresso; elaboração e fiscalização do orçamento: ministros Thales Ramalho, Luciano Brandão e Frederico Bastos; presidencialismo ou parlamentarismo: os cientistas políticos e juristas Bolivar Lamounier, Miguel Reale, Pinto Ferreira e César Saldanha; e prerrogativas do Poder Legislativo. Internamente a subcomissão tem discutido os demais temas do processo legislativo e do Poder. Todavia, o que mais movimentou foram as sessões conjuntas com a Subcomissão do Poder Executivo para discutir projetos de resolução que previam uma imediata e prévia definição do sistema de governo e do mandato do atual presidente. O parecer do relator da Subcomissão do Executivo, Egidio Ferreira Lima, foi acatado e os temas serão deliberados dentro do roteiro da elaboração constitucional.

A Subcomissão do Poder Executivo ouviu o ex-ministro da Casa Civil, Marco Maciel, defender o Presidencialismo. O Parlamentarismo foi defendido pelo Secretário-Geral do PC do B, João Amazonas, e foi ouvido o prof. Seabra Fagundes.

Na Subcomissão do Poder Judiciário e do Ministério Público, o novo Judiciário, a criação do Tribunal Constitucional e do Defensor do Povo, o Ministério Público e a Defensoria Pública estão em estudo. Questiona-se a manutenção da Justiça do Trabalho e a criação da Justiça Agrária. Foram ouvidos, entre outros, representantes da Associação Nacional dos Magistrados, da Associação dos Defensores Públicos, da Associação dos Serventuários da Justiça, da Associação dos Delegados de Polícia, da CONTAG, da Comissão Pastoral da Terra, do Movimento dos Sem Terra, da CUT, da CGT, da USI, da Associação de Advogados Trabalhistas e foi ouvido o Ministro da Justiça, Paulo Brossard.

IV – Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições

A Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos está ouvindo dirigentes de partidos em funcionamento e do Partido Verde, que ainda não se legalizou. Em discussão, a liberdade partidária, voto proporcional ou distrital, idade para votar, voto do analfabeto e dos militares, inelegibilidades etc.

A Subcomissão da Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança já recebeu o Presidente da OAB para falar sobre a "na-

tureza do Estado", enquanto os professores da Escola Superior de Guerra (Jorge Boaventura, Paulo César Guimarães, Pedro Figueiredo e Roberto Cavalcanti Albuquerque), defenderam a manutenção das "salvaguardas". Representantes do Conselho de Segurança Nacional também foram ouvidos. Sobre o papel dos militares falou o prof. Geraldo Cavagnari Filho, da UNICAMP; sobre segurança interna, se pronunciaram representantes de delegados de polícia e das polícias militares. A Subcomissão, visitará algumas instalações militares relacionadas com a defesa marítima, aérea e terrestre e começou esse roteiro pelo CINDACTA (sistema de radar).

A Subcomissão de Garantia da Constituição, Reformas e Emendas discute formas de garantir a execução do texto constitucional, debate as inconstitucionalidades (inclusive por omissão), o Tribunal Constitucional, e os estados de excepcionalidade. Já foram ouvidos, entre outros, o prof. José Afonso e o ex-deputado João Gilberto Lucas Coelho, diretor do CEAC.

V - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

A Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas cuida do assunto que sempre foi polêmico nos processos constituintes: quais os tipos de tributos e para quem vai a receita. Já ouviu palestras técnicas de Ives Granda, Edvaldo Brito, Souto Maior Borges, Hugo Machado, Orlando Caliman, Carlos Alberto Longo e Pedro Jorge Viana. Secretários estaduais da Fazenda e de Finanças e associações de funcionários fazendários também participaram dos debates.

A Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira enfrenta a temática da elaboração orçamentária e dos processos de fiscalização. Já ouviu o Presidente do Tribunal de Contas da União, Fernando Gonçalves, e especialistas da área orçamentária.

A Subcomissão do Sistema Financeiro tem convidado debatedores polêmicos. Carlos Langoni, Dércio Garcia Munhoz, André Lara Rezende, Celso Furtado, Walter Barelly, André Montoro Filho, Carlos Lessa, Luiz Lago, Osny Duarte Pereira, expuseram as idéias divergentes sobre Banco Central, estatização dos bancos, administração da dívida pública interna e externa e fiscalização legislativa.

VI - Comissão da Ordem Econômica

A importante Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica tem organizado reuniões com acentuadas divergências entre seus membros. Foi realizada a primeira audiência pública, sobre o tema "Princípios Gerais da Ordem Econômica - Intervenção do Estado - Preservação de valores e interesses comuns e individuais", com a participação de Paulo Rabelo de Castro (FGV), Mário Amato (FIESP), Milton dos Reis (CNDL), Jorge Bittar (FNE), Osny Duarte Pereira e Antonio Dias Leite.

A Subcomissão da Questão Urbana e Transportes começou com grande destaque para o assunto transportes, em prejuízo de questões fundamentais como o papel social da propriedade urbana. Documentos das entidades de arquitetos foram recebidos e discutidos e foram feitas audiências com prefeitos e suas associações. Foram ainda realizadas as audiências sobre transportes marítimos (Marítimos, Armadores, SUNAMAN, LOYDE, etc) e terrestres (empresários, DNER, RFFSA, Sindicato dos Engenheiros e Confederação dos Trabalhadores).

Na Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, as reuniões têm sido tensas e concorridas desde o primeiro momento, quando a eleição de sua mesa deu-se pela diferença de um voto. A presença de representantes a mais do PFL, desequilibrando a proporcionalidade partidária na subcomissão, tem sido contestada e debatida. A subcomissão está visitando alguns assentamentos no País.

Já foram ouvidos: o presidente do INCRA, a Associação Brasileira de Reforma Agrária, a Federação de Agricultura de Mi-

Questões fundamentais como o papel social da propriedade urbana têm sido relegados a segundo plano e chegar a conclusões quanto ao solo rural dependerá de delicadas negociações.

nas Gerais, as empresas técnicas do Governo Federal (EMBRAPA e EMBRATER), a Associação de Empresários da Amazônia; a Organização de Cooperativas Brasileiras e a Sociedade Rural Brasileira. Ainda deverão ser ouvidos o Ministro da Reforma Agrária e entidades como a CPT e os Sem-Terra. Do lado reformista o principal depoimento foi a apresentação da pauta da Campanha Nacional pela Reforma Agrária. Do lado conservador, a proposta trazida pela Sociedade Rural Brasileira. Esta subcomissão para chegar a conclusões dependerá de negociações muito delicadas ou votações difíceis.

VII - Comissão da Ordem Social

Na Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos também houve impasse por causa do aumento do número de seus membros. Os trabalhos têm sido bons e as perspectivas de propostas avançadas são razoáveis. Estão programadas dezoito reuniões, sendo oito de audiências públicas para ouvir as Centrais Sindicais, as Confederações de Trabalhadores, uma mulher operária, os Departamentos Intersindicais, as entidades de servidores públicos aposentados, os ministros Almir Pazzianotto, do Trabalho e Aloísio Alves, da Administração. As audiências foram or-

ganizadas por temas como direito de greve, sindicalização, estabilidade, legislação trabalhista, avanços tecnológicos, salário, jornada de trabalho e locação de mão-de-obra.

A Subcomissão de Saúde, Seguridade e Meio Ambiente tem visitado áreas poluídas ou ameaçadas no País e dezenas de entidades encaminharam proposições, destacando-se a da Comissão Nacional de Reforma Sanitária, com base nas conclusões da 8ª Conferência Nacional de Saúde. Já depuseram representantes da seguridade privada, o ministro da Previdência e Assistência Social, Raphael de Almeida Magalhães, da Comissão Nacional de Reforma Sanitária, centrais sindicais, entidades dos médicos, enfermeiros e farmacêuticos, CEME, ministro da Saúde, Roberto Santos, entidades de medicina alternativa, Associação de Transplantes, Fundação Oswaldo Cruz e Sociedade de Nefrologia.

A Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Deficientes e Minorias recebeu muitos documentos de entidades relacionadas ao tema e ouviu depoimentos como os de Maria Manoela da Cunha, Paulo Roberto Moreira e Florestan Fernandes (sobre preconceitos); Helena Teodoro e Lília Gonzalez (racismo no Brasil), entidades de deficientes físicos, mentais e auditivos; alcoólatras anônimos; representantes de hansenianos, osteomielizados e talassêmicos e homossexuais (Triângulo Rosa/RJ).

VIII - Comissão da Família, de Educação, Cultura, Esporte, Comunicação, Ciência e Tecnologia

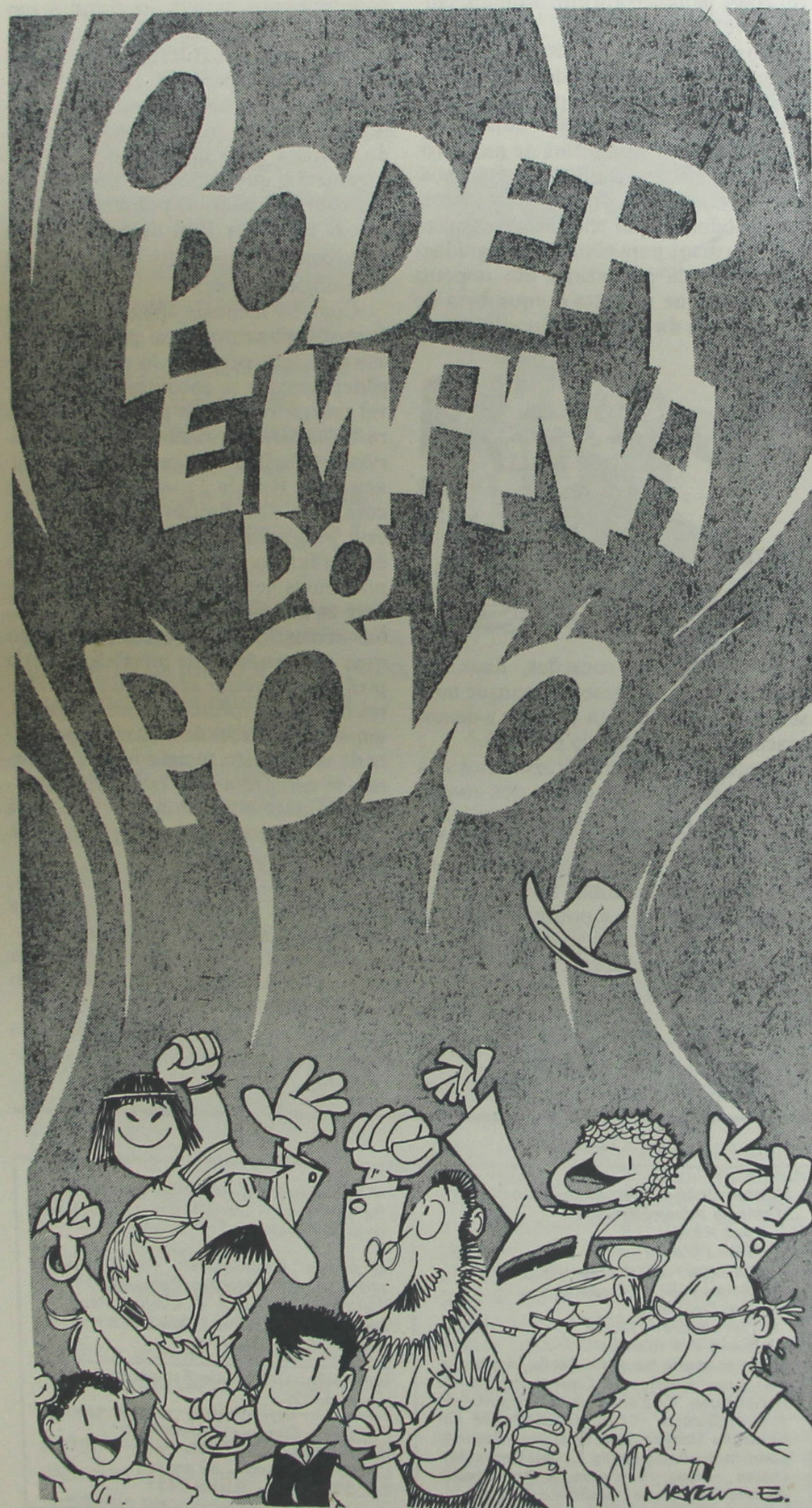
A Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes enfrenta as divergências e pressões sobre ensino público e privado. A questão da exclusividade dos recursos públicos para as escolas oficiais é um dos pontos de acentuadas discordâncias. Depuseram entidades como ANDE, ANDES, Federação Nacional dos Professores de Educação Física, ANPAED, SEAF, SBPC, CPB, FASUBRA, UBES, UNE, CRUB, CEDES, ANPED, Centro de Trabalho Indigenista, UNAI, FENEN, CNEC, FITEE, Arte-Educadores, CFF, OCB e outras. O CRUB fixou-se na posição de verba pública para escola pública e só excepcionalmente para instituições privadas de qualidade.

A Subcomissão de Ciência e Tecnologia e de Comunicação envolve grandes interesses e divergências profundas. O mercado nacional como patrimônio do povo, o sistema de concessões de meios de comunicação e outros temas são polêmicos. SBPC, Federação Nacional de Engenheiros, COBRA, Associação Nacional de Jornais, Federação de Editores de Revistas, Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, Federação Nacional dos Radialistas, ABERT e ABI já foram ouvidos.

A Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso tem demonstrado um posicionamento tradicional em relação a temas como aborto e planejamento familiar. Há uma forte presença de representantes religiosos. O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Sociedade Pró-Vida, CNBB, Universidade Federal Fluminense, e o Senador Nelson Carneiro, foram alguns dos expositores.

CONSTITUENTES

PUBLICAÇÃO DO CENTRO DE ESTUDOS E ACOMPANHAMENTO DA CONSTITUINTE – UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA ANO I – Nº 4



Comissões comandam trabalhos

No último dia 25, encerrou-se o trabalho das 24 subcomissões da Constituinte, com muitas disputas entre conservadores e progressistas sobre o futuro texto.

Agora, desaparecem as subcomissões e seus integrantes passam a formar as oito Comissões Temáticas que, de 25 de maio a 15 de julho, emendam, discutem e votam novamente as matérias.

Cada Comissão, de 63 membros, reúne os temas tratados por 3 subcomissões. A partir da página 3, publicamos uma análise do resultado final do trabalho das subcomissões.

A saúde como prioridade constitucional

O professor Eleutério Rodrigues Neto, diretor do Núcleo de Estudos da Saúde Pública da UnB, em artigo na página sete, afirma que a nova Constituição, para ser coerente com a proposta de reforma sanitária, deve contemplar aspectos como o direito universal e igualitário à saúde; alocação adequada de recursos para o setor e a proibição de práticas aéticas contra o indivíduo.

A saúde na Constituinte

Prof. Eleutério Rodriguez Neto

Embora estejam desaguando na Constituinte propostas de todos os setores, represadas ao longo dos anos do autoritarismo, o processo que se dá em relação à questão saúde guarda algumas peculiaridades importantes.

As dramáticas condições de saúde da população exacerbadas naquele período, assim como as políticas de saúde altamente anti-democráticas e por si só agravadoras das condições de distribuição de renda e, por conseguinte, do nível de vida e de saúde, levaram a que se organizasse, desde a década de 70, um crescente e coerente movimento de crítica ao modelo vigente e de construção de propostas alternativas para o setor.

Assim, esse movimento assumiu desde o início a característica política de oposição ao regime, através da denúncia dos seus efeitos sobre a saúde da população, ao mesmo tempo em que acumulava teses, conhecimentos e estratégias que, no bojo de uma democratização, poderiam informar as mudanças necessárias em busca de melhores condições de vida e saúde para a população brasileira.

As entidades representativas de profissionais do setor, assim como da população, em suas várias formas de organização, foram cada vez mais convergentes e homogêneas na proposição de um Sistema Único de Saúde que eliminasse as pluralidades institucionais, a irracionalidade nos gastos e a impunidade e incúria na execução dos serviços, incorporando o conhecimento já disponível para o enfrentamento da problemática de saúde.

A inclusão dessas teses no programa de governo da Nova República, embora altamente consensual, não foi na ocasião suficiente para detonar o processo de reformas reivindicadas. O encaminhamento dado através da realização da 8ª Conferência Nacional de Saúde, colocou, no entanto, o processo em outra dimensão. O que vinha sendo objeto de uma discussão quase que apenas setorial ganhou o conjunto da sociedade civil, que realizou o evento com cerca de 5.000 participantes, de forma altamente representativa.

Assim, crescendo em legitimidade, reforçam-se e ampliam-se as propostas de mudanças para o setor, configurando-se o que já é hoje amplamente divulgado, como a Reforma Sanitária Brasileira.

O importante a se destacar nessa proposta é o seu caráter não mais apenas setorial, mas, sobretudo, como conseqüente a objetivos de governo comprometidos com a melhoria das condi-



ções de vida da população, causa básica do seu nível de saúde.

Dessa forma, a Reforma Sanitária que se deseja é a própria expressão de um governo efetivamente democrático e deve implicar medidas de ordem geral que diminuam os riscos de pessoas adoecerem, assim como proveja uma organização de serviços de saúde voltados de forma integral para a promoção, a proteção e a recuperação da saúde, em forma racional e consoante com as necessidades concretas da população.

Isso significa a imperiosidade de mudanças na Constituição e no aparato jurídico-legal que hoje define os direitos e deveres em relação à saúde.

A atual Constituição, a par de omissa em relação à questão, limita os direitos e os distribui conforme a maneira da população se inserir na produção. Uma nova Constituição, para ser consentânea com a proposta da Reforma Sanitária, com o processo de democratização do país, com as possibilidades econômicas da Nação e com as aspirações de profissionais e da população em geral, não pode deixar de contemplar os seguintes aspectos:

- O direito universal e igualitário à saúde, e o dever do Estado na sua promoção, proteção e recuperação.
- A organização do setor em um Sistema Único de Saúde integrado, descentralizado e participativo, que contemple não só a atenção direta aos indivíduos, mas também a saúde ocupacional e a vigilância sanitária.
- A natureza pública das ações de saú-

de, com a subordinação da iniciativa privada ao interesse social.

- A alocação adequada de recursos para o setor (que gasta pouco e mal).
- A subordinação das políticas inter-setoriais de recursos humanos, ciência e tecnologia, saneamento e alimentação, aos interesses do setor saúde.
- O controle pelo Estado do processo de produção e distribuição de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, sangue e hemoderivados.
- A coibição de qualquer prática aética contra o indivíduo.

O movimento popular que propugna por essa proposta entende que ela é apenas o primeiro passo para uma efetiva Reforma Sanitária, no entanto, essencial e absolutamente legítima.

Outros interesses, contrários ao coletivo, por certo se insurgirão (como já o fazem há tempos na manutenção de seus privilégios) contra esse conteúdo. Entretanto é importante que se reafirme que, não só a democracia é condição para se assegurar o direito à saúde, como esta é a sua base de sustentação social e política.

A não compreensão dessa lógica pelas forças políticas e sociais que definem os rumos do regime e do governo não será impune e a população não aceitará a omissão do Estado no cumprimento do seu dever de distribuir equanimemente a riqueza nacional e com esta a saúde de cada um.

Eleutério Rodriguez é diretor do Núcleo de Estudos da Saúde Pública da UnB.